Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Explique

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado vota hoje requerimento para convidar o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Os parlamentares querem saber do chefe da autarquia por que a taxa básica de juros está tão alta, a 13,75% ao ano, em um cenário de baixo crescimento econômico.

E as Americanas

Os integrantes da CAE podem votar, ainda, o requerimento para a diretoria das Lojas Americanas esclarecer o rombo de pelo menos R$ 20 bilhões nas contas da empresa.

Política antidroga

A titular da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça, Marta Machado, defendeu uma "nova política" de enfrentamento às drogas. Ela representa o Brasil na plenária das Nações Unidas sobre o tema, em Viena. Ao explicar a diretriz do governo Lula, Machado afirmou o compromisso em implementar uma ação multidisciplinar, que aborde o problema das drogas como questão de saúde pública e preserve os direitos humanos.



Evaristo Sa/AFP

Cartão sem sigilo

A Controladoria-Geral da União decidiu derrubar o sigilo do cartão de vacinação do ex-presidente Jair Bolsonaro (**foto**), com a divulgação de registros de imunização do ex-mandatário — inclusive contra a covid-19 —, como dados sobre data, local, laboratório de fabricação e nome da vacina aplicada, "caso existentes".

Um passo civilizatório no Supremo

A jurista Vera Lúcia Araújo nega ter feito qualquer movimento para ser indicada a uma vaga no Supremo Tribunal Federal. Mas as vozes que ela representa estão ecoando com força em Brasília. Mesmo que não ocupe uma das 11 cadeiras na mais alta Corte de Justiça, já terá marcado um ponto importante na luta contra a desigualdade social no Brasil. Negra, Vera Lúcia Araújo integra um movimento que reivindica a presença de uma jurista negra entre os ministros do STF.

Em um gesto de desprendimento, a jurista afirma que não se trata de uma questão pessoal. Trata-se de uma necessidade social. "Trabalho por uma causa, não por nomes", disse, em entrevista ao **Correio**. Ainda que a escolha final não recaia sobre a advogada, o movimento do qual ela faz parte, com adesão de várias entidades do meio jurídico, indica para um passo civilizatório necessário ao país.

Essa urgência se apresentou até no plenário do Supremo. Apesar da cautela que a indicação de um novo ministro costuma requerer, o ministro Edson Fachin saudou, com todas as letras, a futura presença de uma mulher negra. A lógica é incontestável: se a Justiça quer ser um espelho da sociedade, não resta dúvida de que negros e mulheres precisam ter mais representatividade.



Apuração

As informações, no entanto, só serão divulgadas após a CGU concluir a apuração sobre a suspeita de inserção de dados falsos no cartão de vacinação de Bolsonaro nos sistemas do Ministério da Saúde.

Interesse público

Na decisão, a CGU concluiu que é "interesse público geral e preponderante" o acesso a informações que comprovam a autenticidade das declarações dadas por Bolsonaro. No entendimento da Controladoria-Geral, as afirmações do ex-presidente "influenciaram a política pública de imunização do Estado durante a crise sanitária provocada pela pandemia da covid-19".

Nunca

Em diversas ocasiões, Jair Bolsonaro negou que tenha se imunizado contra o vírus da pandemia de covid-19.

Otimismo

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, avalia que há um ambiente "extremamente positivo" para a aprovação da reforma tributária no Congresso. Padilha foi ao encontro dos prefeitos reunidos em Brasília. Ao elogiar a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), disse que "nada é feito neste país sem parceria com os municípios".

DIREITOS HUMANOS

Vulneráveis a salvo de violência

Ministério anuncia que, desde 2003, programa já protegeu mais de 14 mil crianças, adolescentes e familiares de ameaças de morte

» VICTOR CORREIA

Mais de 14 mil crianças, adolescentes e seus familiares, em situações de alto risco, foram beneficiados pelo Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), em vigor desde 2003. O balanço foi feito, ontem, pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

O PPCAAM oferece proteção a pessoas de até 19 anos e parentes que sofrem com graves riscos de violência, colocando os afetados em novas residências e oferecendo assessoria psicológica, jurídica e financeira, de forma sigilosa, por seis meses.

O ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, disse ser necessário usar os dados do levantamento para atualizar a política e frisou haver pontos que precisam ser melhorados.

Em seu discurso, Almeida enfatizou que o governo tem de usar dados e métodos científicos para a formulação de programas públicos, além de estabelecer políticas de Estado, que não sejam desmontadas por mudanças na gestão.

"A minha grande questão no ministério, e eu compartilho isso com os secretários, é fazer com que a política de direitos humanos no Brasil seja uma política de Estado. Algumas políticas públicas que resistiram à tragédia dos últimos quatro anos só foram sustentáveis por um corpo técnico estável, de servidores de Estado", destacou.

Ele também elencou o respeito à ciência como guia importante para sua gestão. "As nossas políticas de defesa da criança e do adolescente são feitas com base na ciência, que se dá também a partir de um olhar crítico da nossa sociedade", ressaltou. "Temos que saber, portanto, se temos de fazer aperfeiçoamentos nesses programas para que eles possam, de fato, oferecer às nossas crianças a proteção que elas merecem. Fazer ciência, ter dados, é um ato político", acrescentou.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Almeida: governo tem de estabelecer políticas de Estado, que não sejam desmontadas por mudanças na gestão

Almeida citou um dado das Nações Unidas de que o Brasil, em 2020, foi responsável por 20,5% das mortes violentas de todo o mundo. Ele destacou, ainda, que a questão da violência passa por um recorte de gênero classe e raça, atingindo, em sua maioria, homens negros.

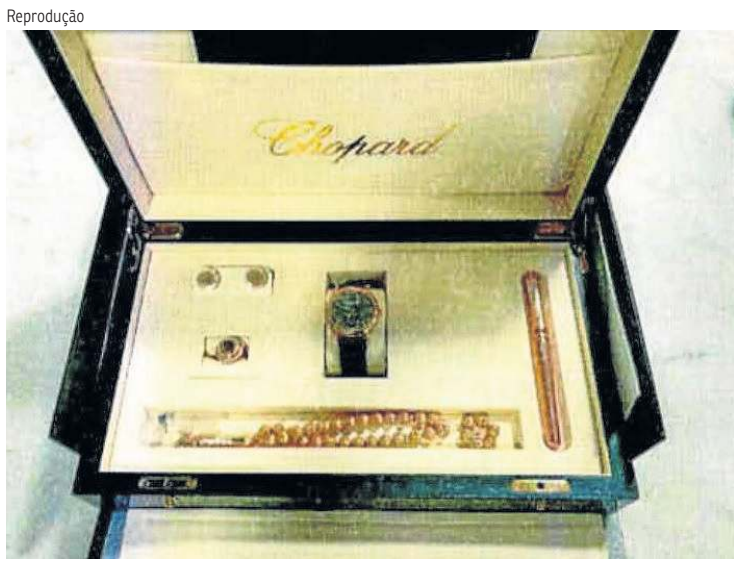
Dados divulgados pela pasta, oriundos de um levantamento do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), mostram que 34.918 crianças e adolescentes foram vítimas de mortes violentas intencionais no Brasil entre 2016 e 2020. Entre as crianças, crimes de violência doméstica foram os mais comuns. Já os adolescentes foram vítimas, em sua maioria, da violência urbana.

De acordo com a pasta, 14.239 pessoas já foram contemplados pelo PPCAAM. "Talvez esse número seja insuficiente, e é isso que nós estamos aqui para debater", declarou o ministro.

Na avaliação da equipe ministerial, o programa de proteção é efetivo, mas precisa passar por mudanças. O desligamento voluntário fez, por exemplo, com que de 40% a 50% dos protegidos saíssem prematuramente do PPCAAM. Conforme o ministro, é preciso ainda aumentar a divulgação sobre o programa e monitorar seu andamento junto aos estados.

JOIAS DAS ARÁBIAS

Reprodução



Os itens de luxo estão avaliados em quase R$ 500 mil

Advogados dizem à PF que Bolsonaro devolverá peças

» RAFAELA GONÇALVES

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) avisou à Polícia Federal (PF) que vai entregar ao Tribunal de Contas da União (TCU) o segundo conjunto de joias de luxo dado de presente à comitiva brasileira durante viagem à Arábia Saudita.

Em petição enviada à PF, os advogados solicitam que as peças fiquem sob a guarda do TCU até que o destino delas seja definido — acervo privado ou patrimônio da União.

"Considerando, ainda, diante do quanto ventilado nos veículos de imprensa, vem também informar que, nesta data, peticionou junto ao Tribunal de Contas da União, requerendo que os bens objeto de representação naquela Corte de Contas, os quais, ao que parece, seriam os mesmos objeto da dita investigação nesta Delegacia de Polícia Federal, sejam depositados naquele juízo, até ulterior decisão acerca dos mesmos", diz a defesa na petição.

Entre os itens, estão relógio, abotoaduras, anel, caneta e masbaha (espécie de rosário), estimados em quase R$ 500 mil.

Bolsonaro admitiu, na semana passada, ter ficado com o conjunto e alegou ter feito tudo dentro da lei. A decisão, no entanto, vai na contramão do posicionamento do TCU, que não autoriza os chefes de Estado a levarem esse tipo de presente para o seu acervo pessoal quando deixam o cargo.

Na última semana, o Ministério Público junto ao TCU havia pedido à Corte que determinasse a Bolsonaro a devolução das peças em até cinco dias. O órgão ainda requereu que o salário do ex-presidente fosse bloqueado caso a ordem não fosse obedecida.

O pedido do MPTCU ocorreu por meio de recurso à decisão do ministro Augusto Nardes, da Corte, que permitiu a Bolsonaro ser depositário fiel das joias, sem, no entanto, o direito de usá-las ou vendê-las.

Em outubro de 2021, uma comitiva do governo retornou ao Brasil de uma viagem oficial à Arábia Saudita com joias femininas avaliadas em R$ 16,5 milhões, que foram apreendidas no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. O segundo conjunto, porém, ficou com Bolsonaro, sem ter declarado à Receita.